

# Estudo Técnico Preliminar 59/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 4224/2025

## 2. OBJETIVO

2.1. Têm por objetivo os presentes Estudos Técnicos Preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a elaboração de termo de referência para contratação de empresa para prestação de serviços de agente de integração no programa de estágio, à luz do disposto no art. 18, I e §1º, da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 – SEGES /ME.

## 3. Descrição da necessidade

3.1. O estágio é um programa importante tanto para o estudante quanto para a organização. Se por um lado os estagiários ajudam na execução de tarefas auxiliares da organização, dão suporte às rotinas de trabalho, além de trazerem uma visão moderna de trabalho e de novas tecnologias, por outro lado o órgão possibilita aos estudantes a complementação de ensino e aprendizado, ajuda na iniciação dos estudantes no mercado de trabalho, na prática de estudo e no relacionamento humano.

3.2. Assim, o TRE/RN objetiva o preenchimento de vagas de estágio supervisionado de nível técnico, nível superior e de pós-graduação, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do RN.

3.3. Porém, para gerenciamento do Programa constata-se que a atual estrutura administrativa deste setor, com quadro reduzido de servidores ante a demanda de trabalho existente, que também abarcam os processos de Adicional de qualificação e Teletrabalho, inviabiliza a gestão com excelência de um processo robusto como é o programa de estágio.

3.4. Considerando o previsto na Lei de estágio nº 11.788/08, os órgãos poderão recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada a legislação pertinente.

3.5. Conforme consta na Lei de Estágio, os agentes de integração são entidades que fazem a interlocução entre a instituição de ensino, o estagiário e o órgão ou entidade integrante.

3.6. Em 2025 o Tribunal contratou, por meio do processo licitatório (SEI nº 8102/2024), o serviço de Agente de Integração para o programa de estágio. A vencedora do certame foi a Empresa NATO RECURSOS HUMANOS E ESTÁGIOS LTDA, CNPJ nº 12.558.882/0001-94.

Importante pontuar que esse processo licitatório foi **exclusivamente destinado a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparados**, conforme o Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

No primeiro mês de execução do serviço, observou-se uma baixa qualidade no atendimento prestado e falta de expertise no gerenciamento do programa. A descoberta de uma irregularidade na Apólice de Seguro nº 3830 enviada pela empresa resultou no afastamento de todos os estagiários pelo período de 15 (quinze) dias, trazendo sérios prejuízos para o órgão o que culminou na extinção do contrato firmado entre o TRE/RN e a Empresa Nato Recursos Humano e Estágio Ltda., devido ao descumprimento de cláusulas contratuais.

Em decorrência deste problema, foi realizada a contratação **emergencial** do serviço de seguro de acidentes pessoais o

Diante deste experiência, a SEGEAT realizou uma pesquisa junto aos setores que gerenciam este processo de trabalho nos diversos regionais, incluindo o TSE. A pesquisa revelou que, dos 24 órgãos consultados, apenas três Tribunais Regionais Eleitorais não possuem este serviço: TRE/RN, TRE/CE e TRE/PE.

Em março de 2025, uma visita técnica da SEGEAT ao TRE/PA, que atualmente utiliza o **CIEE como Agente de Integração** para seu programa de estágio, trouxe informações relevantes. O Termo de Referência elaborado por aquele órgão inclui a seguinte justificativa:

*“A contratação não será exclusiva para Microempresa e empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e do Artigo 6º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, a fim de ampliar a concorrência e evitar restrição exacerbada, que ocasionaria Prejuízo à Administração. Enquadra-se, portanto, aos termos do artigo 75, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021”*

3.7. Portanto, para fazer cumprir o Programa de Estágio com excelência, é necessária uma equipe que gerencie todo o processo, executando as atividades de recrutamento, contratação, **fornecimento de seguro de vida e acidentes pessoais**, treinamento e acompanhamento do desempenho dos estagiários.

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1. Requisitos legais

4.1.1. Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Resolução TRE-RN nº 18/2019 alterada pela Resolução nº 109/2023.

### 4.2. Requisitos orçamentários

4.2.1. O valor anual previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 para essa demanda é de **R\$ 72.526,80** (setenta e dois mil, quinhentos e vinte e seis reais e oitenta centavos). Caso o valor citado seja ultrapassado, o TRE /RN poderá providenciar suplementação orçamentária para cobrir a diferença.

### 4.3. Requisitos Técnicos

4.3.1. A licitante/interessada deverá apresentar atestado de capacidade técnica que deixe claro que a futura contratada tem condições técnicas e operacionais para contratar com o TRE/RN;

4.3.2. Não será admitida a subcontratação.

4.3.3. A CONTRATADA deverá realizar os processos de recrutamento, seleção, contratação e gestão dos (as) estagiários(as).

4.3.4. Do quantitativo de vagas a serem oferecidas, deverá ser destinado o percentual de 30% a estudantes negros, de acordo com o Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018, e de 10% a portadores de deficiências, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, desde que as atividades de estágio sejam compatíveis com a deficiência.

### 4.4. Requisitos Administrativos

4.4.1. A futura contratada deverá indicar profissional (preposto) que será responsável pela comunicação entre a futura contratada e a equipe de fiscalização do contrato;

### 4.5. Requisitos Operacionais

4.5.1. A futura contratada não precisa ter sede ou filial no Rio Grande do Norte.

### 4.6. Requisitos de Sustentabilidade

4.6.1. A futura contratada deverá adotar as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, no que couber.

#### 4.7. Requisitos de Combate ao Assédio

4.7.1. A futura contratada deverá ter conhecimento das práticas de prevenção e combate ao assédio definidas pelo TRE/RN.

#### 4.8. Requisitos de Segurança da Informação

4.8.1. A futura contratada também deverá ter conhecimento da Política de Segurança da Informação do TRE/RN e assinar termo de confidencialidade e sigilo da informação.

### 5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Gestão de Estágio, Adicionais e Teletrabalho /SEGEAT/CODES/SGP/TRE-RN	Teresa Maria da Fonte Chianca Pimentel da Câmara

### 6. Levantamento de Mercado

6.1. O gerenciamento do Programa de Estágio no TRE/RN é atribuição da Seção de Gestão de Estágio, Adicionais e Teletrabalho – SEGEAT e por ser um trabalho extenso e detalhado necessita de servidores dedicadas às tarefas específicas do programa, porém o quadro reduzido de pessoas na referida Seção inviabiliza a gestão com excelência.

Uma alternativa para a situação atual onde todo o processo de seleção, gerenciamento e pagamento do Programa de Estágio está sob responsabilidade da SEGEAT/CODES/SGP, seria a contratação do serviço de agente de integração por meio de uma modalidade que permita a participação de empresas com mais experiência no mercado. Isso seria possível nos termos *do artigo 75, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021*

Este serviço atuaria no gerenciamento de todo o programa de estágio:

6.1.1. na celebração de convênios com todas as instituições de ensino dos candidatos a estágio;

6.1.2. na realização do processo seletivo de acordo com as regras estabelecidas por este órgão;

6.1.3. no gerenciamento do fluxo de entradas e saídas de estagiários, providenciando e analisando os documentos da contratação e desligamento;

6.1.4. atuando junto às universidades para a assinatura dos Termos de Compromisso de Estágio e Planos de Estágio;

6.1.5. realizando as substituição de estagiários;

6.1.6. proporcionando o acompanhamento pedagógico dos estagiários, enviando avaliações a cada seis meses a serem respondidas pelos estagiários e seus respectivos supervisores diretos, elaborando, ao final, um relatório de avaliação condensada a ser enviada às instituições de ensino;

6.1.7. verificando, periodicamente, (no mínimo semestralmente) a manutenção do vínculo do estagiário com a instituição de ensino, através da matrícula e frequência regular do estudante, entre outras.

6.2. Considerando a dificuldade no número de servidores na SEGEAT e diante de todas as razões expostas, considera-se a opção pela contratação de agente de integração a mais vantajosa, pois, o auxílio deste serviço na gestão do Programa de Estágio, permitirá uma melhor execução de suas demais atribuições institucionais.

6.3. Além disso, o agente tem as seguintes vantagens:

a) Ter mais eficiência no processo, devido à experiência na área;

- b) Possuir amplo acesso às instituições de ensino;
- c) Estar atualizado sobre as leis que regem o setor.

6.4. O artigo 5º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, estabelece que “as instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado”.

6.5. Através de pesquisa identificamos haver diversas empresas como Cia de Estágios, IEL, CIEE, Patativa do Assaré, entre outras, que atuam com a prestação deste serviço possibilitando a competitividade e tornando possível a obtenção de um preço justo e vantajoso para a Administração.

## 7. Descrição da solução como um todo

7.1. A contratação do serviço visa atender a necessidade de apoio ao processo de gestão do Programa de Estágio Remunerado, cuja operacionalização demanda considerável quantidade de tempo e pessoal da Seção de Gestão de Estágio, Adicionais e Teletrabalho/SEGEAT, liberando recursos e esforços da unidade para a execução de suas demais atribuições institucionais.

Acredita-se que a contratação de empresa para este serviço, conforme Lei nº 11.788/2008 e Resolução TRE-RN nº 18/2019 alterada pela Resolução nº 109/2023, para, em conjunto com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, propiciará a plena operacionalização do programa de estágio de estudantes, voltado a alunos de instituição de ensino superior (graduação e pós-graduação) e nível técnico profissionalizante.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Para o ano de 2026, prevê-se que o Programa de Estágio contará com:

PÓS-GRADUAÇÃO: 46

GRADUAÇÃO: 134

NÍVEL TÉCNICO : 10

**TOTAL: 190**

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$): 145.053,60**

9.1. Estima-se o valor **anual de (R\$): R\$ 72.526,80** (setenta e dois mil, quinhentos e vinte e seis reais e oitenta centavos).

A execução dos serviços deverá iniciar em 01 de janeiro de 2026, com possibilidade de vigência de 02 (dois) anos.

9.2. Após pesquisa de mercado e em contato com outros Tribunais Eleitorais que utilizam o Agente de Integração no Programa de Estágio, chegamos aos seguintes valores:

9.2.1. CUSTO UNITÁRIO: **31,81** (trinta e um reais e oitenta e um centavos por estagiário)

9.2.2. CUSTO MENSAL: R\$ 6.043,90 (seis mil, quarenta e três reais e noventa centavos)

9.2.3. CUSTO ANUAL: R\$ 72.526,80 (setenta e dois mil, quinhentos e vinte e seis reais e oitenta centavos)

9.3. Ressalte-se que este valor não inclui o valor do auxílio-bolsa e vale transporte a serem pagos aos estagiários, sendo apenas o valor da taxa mensal a ser paga por estagiário ao agente de integração a ser contratado. O pagamento da bolsa e do vale serão realizados pela SEGEAT.

## **10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

10.1. Trata-se de item único e não cabe falar em fracionamento do objeto

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

11.1. Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para o objeto em estudo.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

12.1. A contratação tem respaldo no Plano Anual de Contratações 2026, conforme código da demanda COD. POO\_26.01

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

13.1. Entre os benefícios diretos e indiretos que se almeja com a contratação, figuram:

- a) Diminuição do acúmulo de atividades e redução de tempo de resposta às demandas;
- b) Melhor aproveitamento nas vagas de estágio que por ventura estejam desocupadas, uma vez que o agente integrador será responsável pelas substituições;
- c) Aproveitamento racional dos recursos humanos, reduzindo custos.

13.2. O gerenciamento deste programa tornou-se bastante complexo, sendo assim, como forma de melhor aproveitamento do recurso humano que atua nesta gestão, sendo a SEGEAT, a unidade responsável por esse processo de trabalho, e após diversos relatos positivos de outros Tribunais Eleitorais que utilizam o Agente de Integração como auxiliar deste processo, incluindo o TSE, sugerimos esta contratação para o ano de 2026.

## 14. Providências a serem Adotadas

14.1. Não há providências a serem adotadas para esta contratação, pois já há estrutura física e computadores suficientes para os estagiários iniciar suas atividades.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Não foram identificados impactos ambientais significativos decorrentes da contratação, visto que se trata de contratação de serviço que não implica utilização de nenhum material poluente ou de práticas danosas ao meio ambiente.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

14.1. Com base nas informações levantadas ao longo do Estudo Técnico Preliminar e após pesquisa de mercado e contato com outros Tribunais Eleitorais, incluindo o TSE, que utilizam o Agente de Integração como auxiliar deste processo, a equipe de Planejamento considera viável esta contratação para o ano de 2026.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**TERESA MARIA DA FONTE CHIANCA PIMENTEL DA CAMARA**

Integrante Demandante



Assinou eletronicamente em 14/07/2025 às 17:40:02.

**PAULLA KARINA DA NOBREGA**

Integrante Técnico

